



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

Ata da 30ª (trigésima) Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Anual da 11ª Legislatura.

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas, no Plenário Daury Riva da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os membros que compõem o Poder Legislativo Municipal, para a realização da 30ª (trigésima) Sessão Ordinária da 1ª (Primeira) Sessão Legislativa Anual da 11ª (Décima Primeira) Legislatura. A Presidente cumprimentou todos os presentes e informou que as sessões da Câmara Municipal de Juara são transmitidas ao vivo pelo YouTube (Câmara Municipal de Juara) e pelo Facebook (@camarajuara). E na Rádio Tucunaré, a sessão será transmitida amanhã às 20h. E sob a proteção de Deus e em nome da Comunidade Juarense, declarou aberta a sessão. Em seguida, o Primeiro Secretário, Ver. Eduardo do Boxe, verificando o Quórum, constatou a presença dos Senhores Vereadores: **Patrícia Alves Vivian da Guia** - Presidente, **Israel Costa** - Vice-Presidente, **Eduardo Zimmerman da Costa** - Primeiro Secretário, **João Batista Rissotti** - Segundo Secretário, **Alexandro de Oliveira**, **José Carlos Rodrigues Cardozo**, **José Mercedes Galvão Filho**, **Luciano Aparecido de Oliveira** e **Eraldo Francisco Alves**. Ato contínuo, o Vera. Patrícia Vivian realizou a leitura de um trecho da bíblia. Na sequência passou-se a apreciação da Ata da 29ª Ordinária realizada em 01 de dezembro de 2025, vez que foi previamente disponibilizada aos vereadores e já contava com a assinatura dos mesmos. Posta em discussão e não havendo quem quisesse discutir, foi posta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo passou ao **Pequeno Expediente**, no qual foi registrado os documentos, a saber: Ofício nº 399/GP/2025 - Interessados: Vera. Patrícia Vivian, Ver. Eraldo Markito, Ver. Luciano Olivetto e Ver. Zé Galvão - Convidando o Excelentíssimo Senhor Valdinei Holanda Moraes para participar da sessão ordinária a ser realizada no Plenário desta Casa de Leis, no dia 08/12/2025, às 08h00, a fim de prestar esclarecimentos e elucidar dúvidas dos vereadores acerca do contrato de concessão dos serviços de resíduos sólidos no município de Juara. Os Vereadores: **Eduardo do Boxe**, **Ganso Costa**, **João Rissotti** e **Alex**, dispensaram o uso da palavra. O Vereador: **Luciano Olivetto** não se inscreveu. Em seguida o **Ver. Zé Carlos Mototáxi**, iniciou sua fala saudando os colegas vereadores e solicitou a secretaria desta casa uma moção de aplauso para a equipe do Sicred, em reconhecimento ao excelente evento realizado no dia anterior, voltado para as crianças. Destacou a alegria e o entusiasmo dos participantes, enfatizando a importância do Sicred e de seus colaboradores para o município de Juara. Concluiu agradecendo a todos e reiterando o pedido de moção de aplauso. Em seguida o **Ver. Zé Galvão**, iniciou sua fala cumprimentando o presidente, os colegas vereadores e o público presente. Agradeceu aos membros da CPI da Saúde, incluindo os servidores, a equipe jurídica, a presidente e os vereadores que têm acompanhado os trabalhos. Destacou a importância do trabalho responsável e técnico realizado pela comissão, que se baseia em documentos oficiais e não em especulações. Mencionou que, durante as oitivas realizadas na quinta e na sexta-feira, houve contradições entre as declarações prestadas e os documentos apresentados, o que complicou ainda mais a situação de alguns depoentes. Reafirmou que a CPI não tem a função de julgar, mas de levantar e fiscalizar os documentos, para que a justiça possa tomar as decisões cabíveis. Finalizou agradecendo a todos os envolvidos no processo e reiterou o compromisso da comissão em esclarecer a população de Juara sobre a situação da saúde no município. Em seguida o **Ver. Eraldo Markito**, iniciou sua fala cumprimentando a Presidente, os colegas vereadores e a população presente e que acompanha a sessão pelas redes sociais. Solicitou que fosse exibido um mapa do distrito de Paranorte e, na sequência, comentou sobre uma reunião ocorrida na semana anterior, realizada com o senhor Gilmar Nilson, o Deputado Nininho. O objetivo da reunião foi discutir a



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

legalização da área de Paranorte, que já possui algumas partes desmembradas. Onde o senhor Gilmar Nilson propôs a realização de uma reunião no distrito para discutir a regularização da documentação de propriedades da região, o que sairia mais barato e seria mais rápido do que o processo de usucapião. O vereador também comentou que Gilmar Nilson expressou insatisfação devido a uma empresa ter cortado lotes sem seu conhecimento, já que ele é o titular da matrícula do distrito. Finalizou agradecendo a atenção de todos. Em seguida a **Vera. Patrícia Vivian**, iniciou sua fala solicitando que fosse exibida a foto do verdadeiro proprietário da matrícula de Paranorte, ao lado da servidora Jéssica. Explicou que há uma documentação sendo realizada sobre a área de Paranorte, e que o proprietário enfrenta uma multa significativa devido à titularidade da matrícula. Ressaltou que, se a documentação não for validada, os moradores de Paranorte não poderão regularizar a propriedade. E informou que o proprietário, com o apoio do Deputado Nininho, procurou a Câmara para buscar ajuda e que uma reunião será marcada com os moradores para discutir a regularização e os valores a serem pagos. E também fez um alerta sobre a situação do córrego da Linha Julião, que, devido à falta de limpeza, causou alagamento e deixou moradores ilhados. Reforçou a necessidade de um ofício para a Secretaria de Transporte para resolver a questão. Além disso, fez uma solicitação à Secretaria de Meio Ambiente, pedindo atenção especial ao córrego da Avenida Planeta, que está acumulando lixo e gerando foco de doenças, como dengue. Também pediu a cópia da nota fiscal de um evento esportivo em Sorriso, em que, segundo informações, foram gastos recursos públicos para o pagamento de um hotel para os jogadores, quando o valor poderia ser destinado a outros fins. Finalizou agradecendo a todos. Não havendo mais matérias e nem vereadores inscritos no Pequeno Expediente, passou-se ao Grande Expediente. Sob a Primeira Secretaria do Ver. Eduardo do Boxe, foram lidas as seguintes proposições: **Projeto de Lei Municipal nº 080/2025** - de autoria da Prefeitura Municipal que, Autoriza o Poder Executivo a realizar no orçamento vigente, abertura de Crédito Suplementar e dá outras providências. **Projeto de Decreto Legislativo nº 043/2025** - de autoria do Ver. Ganso Costa que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Marcos Rodrigues. **Projeto de Decreto Legislativo nº 044/2025** - de autoria do Ver. Zé Carlos Mototáxi que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Albino Buchelt. **Projeto de Decreto Legislativo nº 045/2025** - de autoria da Vera. Patrícia Vivian que, Concede o Título Honorífico de Cidadã Juarense à Senhora Maria José Lazareti Fragnan. **Projeto de Decreto Legislativo nº 046/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Odair José Capelli. **Projeto de Decreto Legislativo nº 047/2025** - de autoria do Ver. João Rissotti que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Claudinei Gomes Guerra. **Projeto de Decreto Legislativo nº 048/2025** - de autoria do Ver. Eraldo Markito que, Concede o Título Honorífico de Cidadã Juarense à Senhora Izolina Dolmen de Oliveira. **Projeto de Decreto Legislativo nº 049/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Fernando Isidoro Bergo. **Projeto de Decreto Legislativo nº 050/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Ricardo Bianchin. **Projeto de Decreto Legislativo nº 051/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Francisley Rodrigues Farias. **Projeto de Decreto Legislativo nº 052/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Nelson José Kasprzak. **Projeto de Decreto Legislativo nº 053/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Wilson Aluizio da Silva Figueira. **Projeto de Decreto Legislativo nº 054/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor James Monteiro Fernandes. **Projeto de Decreto Legislativo nº 055/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadã Juarense à Senhora Ena Sosa Chavez. **Projeto de Decreto Legislativo nº 056/2025** - de



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Marcos Vinícius de Azevedo. **Projeto de Decreto Legislativo nº 057/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadão Juarense ao Senhor Olavo Lopes. **Projeto de Decreto Legislativo nº 058/2025** - de autoria do Plenário que, Concede o Título Honorífico de Cidadã Juarense à Senhora Andrya Piovezan Kasprzak. **Projeto de Resolução nº 011/2025** - de autoria da Mesa Diretora que, Revoga a Resolução nº 238, de 17 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual - PCA, no âmbito da Câmara Municipal de Juara, e dá outras providências. **Requerimento nº 032/2025** - de autoria dos Vereadores: Luciano Olivetto, Patrícia Vivian, Eraldo Markito e Zé Galvão que, Requer ao Excelentíssimo senhor Valdinei Holanda Moraes - Prefeito do Município, que sejam prestadas informações detalhadas sobre a estrutura, funcionamento e condições dos consultórios odontológicos da Rede de Atenção Básica do Município de Juara-MT. **Requerimento nº 033/2025** - de autoria dos Vereadores: Luciano Olivetto, Patrícia Vivian, Eraldo Markito e Zé Galvão que, Requer ao Excelentíssimo senhor Valdinei Holanda Moraes - Prefeito do Município, que sejam prestadas informações formais, completas e documentadas sobre as irregularidades identificadas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso - CRM-MT, conforme Relatório de Vistoria nº 520/2025, realizado no Hospital Municipal Elídia Maschietto Santillo em 28 de agosto de 2025, anexado a esse. **Moção de Aplausos nº 019/2025**, de autoria da Vera. Patrícia Vivian, aos alunos e professores da Escola Estadual Plena Daury Riva pela participação destacada no torneio FIRST LEGO League Challenge (FLLC), realizado entre os dias 13 e 15 de novembro de 2025, no SESI Escola, em Cuiabá-MT. **Moção de Aplausos nº 001/2025**, de autoria do Ver. João Rissotti, aos alunos da Escola Estadual Militar Tiradentes Israel Wesley Prado de Almeida que se destacaram de forma excepcional nas Olimpíadas de Matemática das Escolas Militares, levando o nome de nossa cidade a patamar de excelência acadêmica. Terminada a Leitura e não havendo vereadores inscritos no Livro do Grande Expediente, a Presidente Vera. Patrícia Vivian informou que, conforme determina o Art. 98, § 3º, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e o Art. 13, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município de Juara e considerando a aprovação do Requerimento 006/2025 por este Plenário, na Sessão Ordinária realizada em 17 de novembro de 2025, passava as mãos do Primeiro Secretário para leitura o Requerimento nº 006/2025. Realizada a leitura do Requerimento nº 006/2025. Ato contínuo, a Presidente esclareceu que o Secretário Municipal de finanças, Sr. José Roberto Pereira Alves teria o prazo de 10 (dez) minutos, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco), para fazer suas exposições relacionadas ao tema da convocação; (art. 195, §1º - RI); cada vereador teria o prazo máximo de 03 (três) minutos para formular suas interpelações, e a Secretário Municipal de finanças para responder a cada interpelação teria o mesmo prazo; (art. 195, §2º e §3º - RI) e que seriam admitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 02 (dois) minutos, improrrogáveis. (art. 195, §4º - RI). Dando continuidade aos trabalhos, o **Secretário José Roberto** fez uso da palavra: Bom dia senhora presidente. Em nome da senhora Presidente, bom dia a todos os demais vereadores e a todos os presentes aqui, preparei um pequeno relatório mais conciso para deixar mais claro para todos nós, que estamos aqui, para todos os vereadores, sobre o tema. O material já está aqui neste órgão legislativo. Gostaria de explicar e, em seguida, abrirei para os vereadores que quiserem fazer qualquer tipo de pergunta. Com todo respeito, senhora Presidente, peço que eu possa me aproximar da tela grande. Obrigado. Muito bem. Estamos aqui, como sabem, lidando com serviços terceirizados. Então, vamos começar pelo transporte escolar. Vamos começar pela empresa Caribus, que eu acho que foi uma das que gerou algumas controvérsias mais recentes. Então, vejam aqui, este é todo o nosso relatório que cobre o período desde o início do ano até meados de novembro. Falta algo, estarei aqui por duas semanas porque, sabem, não foi possível fechar tudo, não houve tempo para concluir todos os



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

procedimentos de fechamento até a data devida. Hoje estou trazendo isso para vocês. Mas vejam aqui que tivemos a empresa Caribus com três, se sete faturas. Aqui temos a data em que foi emitida a nota, a data do pagamento e os dias entre a emissão da fatura e o pagamento dessa fatura. Vejam que todas as contas foram pagas com até 30 dias de antecedência, que é o que está previsto no contrato, que a prefeitura tem um prazo de até 30 dias para o pagamento dessa fatura após sua emissão. E aqui embaixo temos a média, que resultou em uma média entre todas as notas de 14, 42 dias, ou seja, a empresa está recebendo uma nota a cada 14, 42 dias e já recebeu até agora o valor de R\$ 1.360.673,84. Estamos falando da empresa Caribus. Pode passar para a próxima, Wando. Wando: Obrigado. Esta é a H U Alves, transporte escolar. Este é o resumo que quero deixar aqui para vocês também. O material está lá, convendo. Temos o relatório completo, retirado do nosso sistema de software da administração pública. Tenho o relatório completo aqui. Vou deixar esse material disponível para todos, para que todos tenham acesso. Eu apenas fiz esse relatório, aqui está uma versão mais concisa para não tomar todo o tempo de vocês, para que possam acompanhar. Aqui está que a empresa H U Alves teve nas faturas. Deixem-me pensar, tenho um relatório aqui. Quantas faturas foram? Só um minuto. Então, a AGO Alves teve 22 notas fiscais emitidas. Bem, o pagamento médio foi entre 12,3 dias. Somando todas essas notas, a média fica entre 12 e 12, 3 dias. Ela recebeu, até hoje, o valor de R\$ 2.367.000,33. A empresa H U Alves teve uma classificação de pagamento atrasado. Essa nota foi paga em 40 dias, ou seja, teve 10 dias além do prazo contratual para pagamento, certo? Mas acredito que, dentro de um contexto e nesse valor, pelo menos na minha compreensão, isso não configura atraso. Nem pode ser considerado atraso, mas tudo bem, cada um tem seu ponto de vista e devemos respeitar isso. Vamos seguir em frente. Wando, por favor. Temos a empresa J. Morais, que presta serviço de transporte escolar. Ela teve a emissão de nove notas fiscais, nenhuma paga além do prazo de 30 dias. Pode prestar atenção? A cada 13 dias ela recebia uma nota e também recebeu o valor de R\$ 663.268,24. Seguimos para a próxima empresa: M. Martins Maia Rodrigues. Esta é a mais recente, certo? Foi incluída no contrato deste ano, no novo processo de licitação que foi realizado. Foram emitidas quatro notas fiscais, todas pagas no prazo, e o valor é de R\$ 490.339,46. Próximo, por favor. MTT Serviços de Transportes também foi recentemente contratada. São quatro notas também, com uma média de 11,5 dias para recebimento, totalizando R\$ 265.439,64. Próximo, por favor. Obrigado. Esta é da RF de Souza Transportes. É a que mais recentemente vem realizando o transporte escolar aqui para os alunos da antiga escola Oscar Soares, para o Escola técnico. A cada 11, 44 dias também recebia uma nota. Houve uma fatura paga após 36 dias, está aí para todos verem. Até agora, recebeu R\$ 178.811,91. Então, essas são as empresas que realizam o transporte escolar. Em relação ao transporte escolar, abro a palavra para os vereadores que desejarem falar para esclarecer dúvidas. Posso ficar aqui neste púlpito, senhor presidente? Obrigado. Alguma pergunta sobre esses pagamentos? Fiquem à vontade. Vera. Patrícia Vivian chamou o Ver. Vereador Eraldo Markito. Na sequência, o **Vereador Eraldo Markito** manifestou-se, dirigindo-se ao Secretário: Secretário, bom dia. Secretário José Roberto Bom dia, vereador. Obrigado por estar aqui. Obrigado pela oportunidade. Gostaria que o senhor, por favor, deixasse isso mais claro. Digo isso porque muitas empresas gostam de transferir a responsabilidade para a prefeitura. Senhor, explique, por favor. Como expliquei no começo, gostaria que o senhor explicasse novamente como funciona quando a empresa recebe a nota, os prazos, o tempo, para que a população que nos acompanha possa entender e ficar atenta a como funciona, porque a empresa gosta de jogar a responsabilidade para a prefeitura e não paga seus funcionários. Sempre usam a desculpa: "Ah, não é a prefeitura, ela pagou." Então, gostaria que o senhor explicasse novamente para quem nos acompanha nas redes sociais, certo? Com a palavra **Secretário José Roberto**: Então Vereador, sabemos que todo contrato público nasce através de um processo



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

licitatório, seja ele um Pregão, uma concorrência ou até mesmo uma dispensa de licitação, que é uma exceção, mas a regra é licitar. Nesse processo licitatório, temos um documento chamado edital de licitação. O anúncio oficial estabelece as regras que serão aplicadas naquele futuro contrato, que está regido pela lei 14133/2021, a lei de licitações, o código de defesa do consumidor, e há cláusulas nos projetos de contrato. Essas cláusulas antecipam como será a execução do contrato posteriormente. Infelizmente, o que está acontecendo aqui, senhores vereadores, é que a empresa, ao participar do processo licitatório, fica deslumbrada pelo valor que irá receber e não presta atenção nas cláusulas do contrato. Está bem claro que o pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal. Claro que, se pudermos pagar antes, excelente, melhor ainda. Mas, se não for possível pagar antes, infelizmente, às pessoas têm que esperar pelo período de 30 dias. Só para lembrar a todos que, como eu disse, a empresa não se importa, tanto do ponto de vista legal quanto, sim, mais pela questão do volume de recursos, que a lei também apoia as autoridades públicas no seu artigo 137, parágrafo 2, onde caracteriza o inadimplemento por parte das autoridades públicas quando estão mais de 60 dias atrasadas. Após esse prazo, a empresa pode então legalmente paralisar algum tipo de trabalho. O que tem acontecido não é um fenômeno recente. Vocês, vereadores de outras administrações, aqui da administração anterior, já viram isso com frequência, quase que as empresas reclamam todo mês, dizendo: "Ah, eu não paguei meu servidor, não paguei meu colaborador porque não recebi da prefeitura." Isso acontece, e quero deixar isso perfeitamente claro, respeitando logicamente todos os funcionários das empresas, porque essa é a renda deles, eles precisam receber do seu prestador de serviços. Estamos cientes disso. E não estou fugindo da pergunta também. A responsabilidade é do governo municipal? Não. Tanto que estou aqui respondendo ao seu pedido, certo, para que possamos ter essa conversa aqui. A empresa sempre assume o papel de pagar o funcionário dela para a prefeitura, quando na verdade o colaborador é funcionário da empresa, não é funcionário da prefeitura. Assim como nesta casa de leis, vocês têm seus funcionários aqui, a responsabilidade pelo pagamento é da mesa diretora, aqui representada pela presidência, Vereadora Patrícia Vivian. As pessoas sabem que temos até o dia 20 do mês para fazer a transferência para a Câmara. No entanto, vocês pagam a folha no primeiro dia, certo? Seria inconcebível, às vezes, chegar para seu servidor e dizer: "Não vou pagar a folha agora no primeiro dia porque não recebi ainda da prefeitura." Então temos esse prazo. É importante deixar isso claro. Claro que as pessoas devem cobrar, primeiramente, seu chefe, que neste caso seria o prestador de serviço, a pessoa que é dona da empresa. E o dono da empresa, se a prefeitura está inadimplente, como já expliquei, ele vai procurar a prefeitura, o secretário, vocês vereadores, para verificar o que está acontecendo e tentar receber o quanto antes. O que temos visto e acompanhado regularmente é uma transferência de responsabilidade em relação a isso para a prefeitura municipal de Juara. Inclusive, vereadores, é isso que vocês precisam fazer: cobrar de nós, e é assim que acabamos. É meio apertado, queremos atender a todos, entendemos do outro lado, como funciona, mas depende do dia. Às vezes simplesmente não é possível, principalmente devido às condições financeiras do município naquele momento. Com a palavra a **Vereadora Patrícia Vivian** disse: Zé Roberto, existe alguma forma de penalizar essas empresas após os fatos decorrentes do atraso, não há como penalizar essa empresa, tipo cancelar o contrato e fazer um novo processo licitatório para chamar outra para assumir o lugar. O **Secretário José Roberto** pontuou: Sim, existe uma forma. Inclusive, já fizeram isso antes, vereadora, com uma empresa que era do Acre, a Markito, que foi para limpar essa empresa direito, o que deu bastante trabalho para o município, e acabamos terminando o contrato. Mas isso é, digamos, uma medida extrema, certo? Porque sabemos que há pessoas empregadas nessa empresa e, se terminarmos esse contrato, essas pessoas vão perder seus empregos, ficarão sem trabalho. Mas existe um caminho



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

legal, que é advertência, multa e, no extremo, até a rescisão contratual e impedimento para participar de licitações e contratar com as autoridades públicas. Com a palavra **Vereadora Patrícia Vivian** disse: Temos uma nova empresa aqui, parece que se chama OSCIP, certo? OSCIP, certo? O **Secretário José Roberto** esclareceu: Ágape, Vera. Patrícia Vivian certo? Então, essa empresa recentemente chegou e já está nos causando muitos problemas. Um problema realmente grande, porque todo mês, desde que ela chegou, já temos cobranças recorrentes todos os meses, todos os meses. Ah, vocês vão estender isso? Por mais um ano? Essa empresa já foi avisada. Se continuar, vocês têm a intenção de rescindir o contrato com ela? Secretário Zé Roberto: Ok, aqui está a resposta para sua pergunta. Sobre a empresa Ágape, ela não estará... não consta aqui nos relatórios, mas eu vou deixar para você aqui. Ela emitiu a nota em 14/11 e foi paga no dia 14 de novembro, certo? 16, R\$2.000,00, R\$ 2.350,00. Emitiu outra em 14/11, R\$ 5.917,00, que foi paga em 17/11. Emitiu outra em 17/10 e foi paga em 23 de outubro. Em 14 de novembro também foi paga no mesmo dia, 15/11, ou seja, não há argumento plausível para a empresa não cumprir com suas obrigações para com seus colaboradores. Sim, houve um atraso, porque foi isso que aconteceu. Não foi atraso no pagamento, mas sim um atraso processual e administrativo, porque é um tipo diferente de contratação quando se trata de OSCIP. Você tem que ter todo um relatório, um acompanhamento, o comitê que vai avaliar se essa prestação de serviço foi feita conforme o plano de trabalho apresentado pelo OSCIP no momento da contratação. Mas não há nenhum tipo de argumento que justifique atraso no pagamento dos colaboradores ou não. Quanto a continuar com esse modelo de contratação, essa é uma questão, uma decisão mais de gestão, certo? Prefeito, em resumo, o que ele quer para verificar se ou não permanecer com esse modelo de contratação. A **Vereadora Patrícia Vivian manifestou**: Vou fazer só mais uma última pergunta para finalizar, senhor, para disponibilizar aos demais vereadores. Sim, secretário. Mesmo com todos esses problemas que temos, há empresas terceirizadas envolvidas, com funcionários dentro de um hospital municipal, na cozinha, limpeza e outros setores também. Também importante, a garagem, sabemos. O que esses servidores estão fazendo distribuídos pela cidade? Sim, e temos uma grande preocupação. Há muito o que falar e ter uma OSCIP dentro do hospital municipal. Sabemos que hoje, dentro do hospital municipal, é o local que mais tem funcionários trabalhando lá, certo? Temos enfermeiros, técnicos de enfermagem e assim por diante. E nossa maior preocupação, já que todos esses tipos de coisas acontecem, o erro é que, se esse OSCIP realmente for instalado dentro do hospital municipal, isso vai acarretar mais danos aos funcionários. Senhor, o senhor concorda com isso ou tem uma opinião diferente? Com a palavra **Secretário José Roberto** disse: Então, sabe, isso está sendo considerado internamente na prefeitura. Está sendo contratado, mas não é nem um OSCIP, me parece que estão pensando em contratar um OS são modelos de gestão diferentes. Uma OS é um sistema de gestão completo, que vai, assim, gerenciar todo o hospital municipal. Já OSCIP é compartilhado com o município esse tipo de serviço, certo? Então, há essa coerção interna. Ainda está sendo avaliado, ainda está sendo estudado se é, como dizem, vantajoso para o município sair de uma empresa terceirizada e migrar para esse OS. Sabemos que é um modelo de gestão em saúde, amplamente realizado em vários municípios do estado de Mato Grosso, no estado, em resumo, mas também temos conhecimento de que em alguns lugares causaram muitos problemas, geraram muitos problemas, certo? Problemas de gestão, problemas de má qualidade na prestação dos serviços, inclusive, certo? Mas há o estudo, vereadora presidente, mas ainda não há nada confirmado de que esse tipo de contratação será feito. Eu, pessoalmente, como secretário de finanças, busco sempre orientar e dar minha opinião a respeito disso, sobre trazermos o melhor serviço possível ao menor custo, porque no final, o que também vai importar é o aspecto financeiro, a parte financeira. Agora, se vamos manter o mesmo serviço e aumentar o custo, é aí que eu vejo o problema, que é uma desvantagem para o



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

município, mas isso precisa ser analisado. Com a palavra **Vereadora Patrícia Vivian** disse: Muito obrigado, Secretário. Obrigado por esclarecer nossas dúvidas, mas o povo sabe que às vezes a palavra dele não é ouvida, assim como o lixo sólido, certo? Infelizmente. Dando prosseguimento, o **Vereador Zé Galvão** manifestou: Bom dia, Zé. Obrigado pela sua fala aqui. Eu queria fazer duas perguntas para você, Zé. Você sabe que estamos em uma CPI relacionada à saúde, especificamente voltada para a área da saúde. Uma segunda pergunta também é sobre essas empresas, se você puder responder, claro, se estiver no seu setor, pode responder. Essas empresas que prestam nossos serviços e são notificadas uma, duas, três vezes, e depois disso, o que acontece? Tem empresa que, pelo que eu sei, já recebeu mais de quatro, cinco notificações e continua atuando. Então, para outra pergunta, estamos assim... Eu te disse, senhor, estamos na CPI e ouvimos médicos do município. Na quinta-feira, eu passei o dia todo ouvindo médicos na CPI, e todos relatam que há valores a receber dessas empresas que prestaram serviço, tipo R\$6.000,00 mil, R\$8.000,00 mil, R\$10.000,00 mil, R\$4.000,00 mil, e isso não é verdade, companheiros. Então, o município pode fazer alguma coisa, ou só as empresas, para que esses médicos não fiquem no prejuízo e continuem prestando nosso serviço ao município? O **Secretário José Roberto** esclareceu: Sim. Vou responder para você senhor, Wando. Vamos entrar na pasta dos trabalhadores terceirizados, por favor. Esta aqui, Hospmed, é a empresa contratada para gerenciar a parte dos plantões médicos no hospital, certo? Acho que está diretamente relacionada à sua pergunta. Você pode analisar. Só um minuto, a quantidade de notas fiscais emitidas por essa empresa? Deixe-me verificar aqui, já tenho o valor especificado, senhor. Só um minuto. Foram emitidas 43 notas para a Hospmed, todas pagas. Tenho duas notas com pagamentos realizados em até 35 dias. Ela recebeu R\$ 743.000,00. Esses pagamentos, vereador Zé Galvão, são feitos exclusivamente com base naquele relatório de atividades da empresa. Então, se algum servidor, algum profissional médico, reclamar que fez algum plantão e talvez não recebeu o valor total, a responsabilidade é do prestador de serviço, que neste caso é a Hospmed, porque o que ela realmente realizou foi passado em um relatório, aprovado pelo diretor do Hospital Municipal e encaminhado para pagamento. Foi totalmente quitado. Não tenho conhecimento de nenhum profissional reclamando de plantão que não tenha recebido, mas se isso acontecer, a empresa tem total responsabilidade pelo pagamento. Ela não pode se eximir disso. Oriente esse profissional médico a procurar o governo municipal de Juara. Lá temos o fiscal do contrato, temos também a fiscalização que é feita no departamento de compras, que monitora esses relatórios e documentos. Esses pagamentos são públicos. Não temos nada a esconder de ninguém. É público. O profissional pode chegar e perguntar: "Você pagou a empresa?" "Sim, paguei." E ele pode ir lá e cobrar da empresa, certo? Se não recebeu, ou se a empresa não colocou no relatório, ou algo assim, são coisas anormais que não podem acontecer. Então, precisamos investigar isso. Estou ouvindo isso aqui agora, senhor, não tinha conhecimento, mas vou averiguar para saber como aprofundar o assunto. Não sei se respondi sua pergunta. Obrigado. Com a Palavra **Vereador Zé Galvão** disse: Os contratados que não passam das três notificações e não há como responder. Com a palavra o **Secretário José Roberto** disse: Você está falando, neste caso, senhor? Os contratados que vêm para o município para eventos ou obras e acabam recebendo mais de três notificações? Com a palavra **Vereador Zé Galvão** disse: sendo que o máximo são três notificações, e depois disso Secretário? O **Secretário José Roberto** disse: Sim, pode perder o contrato e o **Vereador Zé Galvão** disse: Não está acontecendo, não está acontecendo em nosso município, por favor. Com a palavra **Secretário José Roberto** ressaltou: Eu entendo sua declaração como vereador responsável por fiscalizar os recursos públicos, públicos, certo, relevante, mas tipo, não defendendo o executivo, porque eu estou lá, é isso que eu vejo. Essa é a opinião do José Roberto, cidadão. É assim: a empresa entra, participa de um processo licitatório, do jeito que eu expliquei para



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

todos vocês aqui como tudo é feito, dê o valor que quiser, ganha essa licitação. No momento em que ela entra no canteiro de obras, começa ali, evolui 10, 20, 30% da obra, é aí que começa aquilo. A obra não está progredindo porque o valor que ela ofereceu foi muito baixo, ela precisa de um realinhamento. Quantas vezes já passou por aqui para vocês aprovarem a abertura de crédito para aditivo de contrato, realinhamento, certo, feito com os empreiteiros para que a obra não paralise? O prefeito fica assim: 'Bom, se eu demitir essa empresa, como vou terminar esse projeto? Eu tenho que entregar isso para a população, que cria expectativa do asfalto, cria expectativa de uma escola'. Então, não é fácil tomar essa decisão, mas logicamente, bem, olhando objetivamente, friamente, eu, José Roberto, faria as advertências que precisam ser dadas, aplicaria multas nessas empresas que têm que ser feitas e, sim, as sancionaria também para que elas não participassem mais de processos licitatórios, principalmente dentro do município de Juara, porque elas estão trazendo um mal para o município, estão causando isso. E uma vez que você faz isso com uma empresa, as outras que têm essa mesma intenção serão impedidas de participar do processo licitatório do município de Juara, porque aqui o município pune. Então, é uma forma de, tipo... Ele diz, de conter essas empresas que a gente chama de 'empresa pastel', que é só massa e papel, não sobra nada. Com a palavra **Vereador Zé Galvão** encerrou dizendo: Bom, passo a palavra, agradeço. Suas respostas estão boas, tá? Em seguida o **Vereador Luciano Olivetto** manifestou: Bom dia, secretário. Com a palavra **Secretário José Roberto** responder: Bom dia, Vereador Luciano Olivetto. E o **Vereador Luciano Olivetto** continuou dizendo: Obrigado por estar aqui e pela sua prontidão em trazer dados e informações que são muito importantes para nós. A vinda das secretárias Maísa e da secretária Fernanda aqui foi muito boa, porque elas também fizeram, assim como vocês, senhores, esclarecer alguns fatos, porque senão somos só nós vereadores que temos que dar esclarecimentos para o público sobre isso. E nosso papel é fiscalizar vocês e não ser responsável pelas suas ações. Então, é muito importante que vocês venham aqui. Sobre a situação das pessoas que trabalham para a prefeitura, secretário, sempre há algumas reclamações. Por exemplo, você citou a situação da Ágape, certo, essa OSCIP que foi contratada. Só para confirmar, até o momento, ela só apresentou R\$ 21.000,00 para a prefeitura na nota fiscal. E isso? Secretário José Roberto, não mais, foram pagos R\$ 239.000,00. **Ver. Luciano Olivetto** disse: Ah, já foi pago. Lembrando isso, porque só aparece R\$18.319,00 pagos no portal da transparência. **Secretário Zé Roberto** afirmou: O site está desatualizado, vereador. Com a palavra **Vereador Luciano Olivetto** disse: Ok, desatualizado. Ah, então tá. Só para a gente esclarecer. E sempre as reclamações, às vezes, tem essa situação de por que isso? Essas pessoas reclamam, secretário, porque nos enviam prints com várias informações, como o caso da empresa Nexa, por exemplo, é uma empresa que vimos que, dentro de um determinado período, ela teve alguns atrasos superiores a 30 dias. Gostaria que você falasse sobre isso, senhor. E essas pessoas dizem: Olha, quando o secretário fulano me convidou para trabalhar naquela empresa ou quando o secretário determinou, porque eu estava sendo transferido para certa empresa. Então, percebemos que às vezes não é nem uma questão política. A pessoa é um bom funcionário numa empresa e acaba Contrato, transferência para outro. Obviamente, aquele secretário não deveria ter problema no andamento do serviço. Ele vai solicitar a transferência daquele funcionário. Eu não acho que seja nada disso, é uma questão de nomeação política. E, às vezes, por falta de informação, ela pensa que, porque o secretário indicou aquela pessoa para ser contratada pela empresa, há um envolvimento ainda maior da prefeitura municipal em relação a isso. Outro fato importante para o senhor saber: o prefeito, na última semana do mês passado, que teve muitos atrasos, certo? Considerando o atraso no pagamento pela Caribus, pela Nexa, o prefeito estava enviando mensagens de áudio dizendo algo assim: Olha, estou aqui com o secretário, não sei se você teve acesso a este áudio, estou aqui com o secretário Zé, o Zé



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

vai pagar agora, agora mesmo. O dinheiro está na conta. Às vezes, o próprio prefeito dá essa compreensão para a pessoa, no sentido de: olha, o Zé vai fazer, você recebeu também, o Zé Roberto já está fazendo o pagamento aqui no gabinete, e isso confunde a cabeça do funcionário com quem ele fala: Ah, o prefeito acabou de me dizer que o Zé estava prestes a fazer nosso pagamento. Não, o Zé vai pagar a empresa para que a empresa, dentro do prazo legal, faça os pagamentos. Gostaria que você falasse isso pra nós. O **Secretário José Roberto** esclareceu: Correto a colocação do vereador. Exatamente essa, nós vamos pagar a empresa para que a empresa pague o colaborador. E sim, isso às vezes confunde a mente do colaborador, que acaba formando um vínculo mais próximo com o poder público, embora estejam em uma empresa terceirizada, certo. Por várias circunstâncias, como senhor, ele até relatou que às vezes era indicado pelo secretário, porque já estava lá há muito tempo, e acaba demorando demais para sair daquela pasta. Confuso. Não é assim, ela é funcionária da empresa. Então, o Zé Roberto vai pagar a empresa, e a empresa vai transferir os valores para esse colaborador. Com a palavra o **Vereador Luciano Olivetto** disse: Secretário ok, agora falando sobre a central de tratamento de resíduos, que é essa empresa que teoricamente venceu uma licitação judicial, que é objeto de uma reunião técnica no Tribunal de Contas, em uma ação civil pública, o vice-prefeito relatou a alguns parlamentares dessa casa que, se não aprovássemos a dotação orçamentária que está acontecendo aqui, que inclusive tem um pedido de informação da prefeitura, que até hoje não foi respondido, certo, presidente Patrícia? Não, não recebemos a resposta que solicitamos. Ele disse que não teria como pagar essa empresa até que essa dotação orçamentária fosse aberta. No entanto, uma dotação orçamentária, via pedido do advogado Dr. Rony, diretamente ao senhor, por meio de ofício, onde esse advogado solicitou que fosse uma dotação orçamentária de R\$ 864.000,00, correspondente aos meses de setembro e outubro para pagamento dessa empresa do central de gestão de resíduos sólidos. Porém, no portal da transparência, até agora só foram feitos pagamentos referentes a esses dois meses no valor de R\$ 331.200,00. Ou seja, os pagamentos de setembro e outubro não foram efetuados, certo? E ainda estamos considerando se pagaremos os meses de outubro e novembro, para que a dotação orçamentária possa ser aberta. Mesmo assim, a empresa está prestando um serviço que está uma bagunça judicial. Pois é, até o momento, só esse valor foi pago para a empresa? Com a palavra o **Secretário José Roberto** pontuou: sim. Ah, Wando, você também pode mostrar os dados de resíduos sólidos de lá. Acho que eu trouxe algo para mostrar para vocês. Ah, não sei se você vai conseguir ver, que eu não resumi muito bem aqui, mas olha, eu tenho as datas dos acertos das notas deles. Não sei se você consegue ver nesse campo. Aqui, olha, 5 de novembro. Em seguida a **Vereadora Patrícia Vivian** disse: Zé Roberto, só para mencionar esse valor total, eu geralmente pego lá. Ah, o Wando conseguiu isso. Obrigado. Com a palavra o **Secretário José Roberto esclareceu**: R\$ 532.800,00, certo, Mas como você volta lá Wando,? Por favor. Essas duas notas ali, R\$ 432.100,00, foram pagos e R\$300.000,00 e poucos mil, segundo falou o senhor. Mas vocês podem ver ali que as notas foram todas emitidas no mês 11. Isso me traz de volta ao que eu disse: há 30 dias para quitar essa conta. Nós não. Pagamos o restante, ainda temos que pagar está aqui, o valor que você acabou de mencionar ali. Eh, agora, por exemplo, isso aqui está comprometido. Aqueles R\$850.. R\$864.000,00 que foram feitos, foram autorizados aqui por.. Não, nem foram autorizados pela Câmara, foi um compromisso feito na prefeitura. Por isso está comprometido, temos uma obrigação. Ainda devemos o restante. Agora, quanto ao que vem pela frente, bem, isso vai depender muito aqui, certo, da Câmara Municipal, em relação a esse pedido, essa abertura, essa dotação que está sendo processada aqui, certo? Mas isso é da Câmara, os poderes são autônomos, cada um independente, cada um tem sua própria prerrogativa, então temos que respeitar. Ainda está sendo analisado aqui. Se será aprovado ou não, isso cabe a eles, a vocês, certo?



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

Mas a empresa continua prestando os serviços. Na verdade, essa é uma preocupação recorrente minha, que sempre discuto com o secretário responsável pela pasta, e, pela coleta de lixo, que é o Salvador, certo, da Secretaria das Cidades, que conduzia isso lá quando era feito pela prefeitura. Como vamos proceder daqui para frente? Como as coisas vão andar? Continuar com esse contrato se eu não tenho, por exemplo, o compromisso de pagamento dessa despesa? E como bem o vereador mencionou, a empresa aqui, ela ainda está prestando serviço, ela ainda está aí, coletando o lixo todos os dias. Isso acontece nas casas das pessoas, certo? Eu não sei como é esse trabalho, mas não vi até agora nenhuma reclamação registrada por moradores. Então a coleta não deixou de ser feita, certo? Eu não sei o que vocês estão pensando aqui, como parlamentares, mas a empresa continua prestando o serviço. Isso é verdade, não é? Então isso gera uma inquietação, eu diria, do meu papel como secretário de finanças, porque eu vou ser responsabilizado depois, porque a empresa prestou o serviço e, se a prefeitura não pagar, isso caracteriza enriquecimento ilícito por parte do Prefeitura municipal. Isso não pode acontecer. O Prefeitura municipal terá que pagar de uma forma ou de outra, seja pelo contrato, certo? E aí vai depender da dotação orçamentária, do compromisso, ou a empresa terá que se envolver com uma ordem judicial para receber esses valores. O que é quase 100% certo é que a prefeitura vai perder na justiça e terá que pagar. Com a palavra **Vereador Luciano Olivetto disse:** Secretário, isso foi muito bem explicado por você, isto é, para conhecimento dos colegas vereadores, que não houve pagamentos para aqueles meses de setembro e outubro. Não sei exatamente qual deles. Entendo, então, que é uma questão de gestão, não é uma questão para o secretário, porque ele está dentro dos prazos legais de compromisso da nota fiscal. Em outras palavras, não sabemos realmente o que está acontecendo. Está acontecendo, e é por isso que fizemos aquele documento oficial, como se o prefeito não tivesse pago ou não tivesse feito um acordo para esses primeiros dois meses. Como ele vai pagar? E secretário, uh, eu fiz um pedido através das comissões para obter informações para o prefeito, que são as seguintes: foi dito que essa dotação orçamentária para dois meses, novembro e dezembro, até que Nei decida. O que ele ia fazer? Mas Nei foi... recentemente, na última mesa técnica do Tribunal de Contas, e ele tem interesse em manter o contrato. Também foi dito nessa reunião do Tribunal de Contas, vereadora Patrícia, vereador Markito, vocês podem falar melhor do que eu, que há uma sugestão de que esse contrato vai subir, de R\$400.000.000 milhões para R\$ milhões 600... R\$ 608.000.000 milhões está em discussão, certo? Isso é outro problema totalmente diferente. O prefeito tem dito frequentemente que o valor do contrato é de R\$ 455.000,00 por mês, certo? Então, ele e eu não sei qual é o entendimento para falar sobre isso, porque às vezes ele fez um acordo. Essa negociação poderia durar três ou quatro meses, mas a partir do momento em que a empresa sentir que está tendo prejuízo em relação à prestação do serviço, ela vai tomar uma ação judicial e vai dizer: "O valor do contrato é de 420 milhões. A prefeitura de Juara está pagando apenas 455". Os tribunais, obviamente, vão julgar a favor da empresa, e o valor dessa parcela terá que subir, ficando próximo a um mínimo de 1 milhão de reais por mês, certo? E isso é aparte dos realinhamentos, dos índices, do reajuste anual. Minha pergunta para você é a seguinte: no orçamento de 2026, não sei se você teve acesso a isso, porque é uma questão contábil, mas está ligada ao seu departamento. Foi feita uma alocação orçamentária para registro de despesa no valor de R\$ 5.460.000,00 para pagamento de parceria público-privada para gestão de resíduos sólidos. Ou seja, se a Câmara aprovar a alocação orçamentária dos meses de novembro e dezembro e aprovar a lei do exercício fiscal para 2026, a prefeitura terá automaticamente a alocação orçamentária para continuar pagando essa empresa de forma tranquila e ter um próximo ano. Em outras palavras, a Câmara estará autorizando que essa empresa continue trabalhando no município, mesmo com todas as irregularidades no processo licitatório. Você tem acesso a essa informação? Está ciente dessa previsão orçamentária?

Srs
faro
Juara

Orlando

6



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

Isso mesmo. Se isso acontecer, poderia esclarecer para a população? Com a palavra o **Secretário José Roberto** afirmou: Sim. Há uma previsão orçamentária para a LOA de 2026 nesse valor para pagamento, certo? Está lá, é um fato, é transparente, todos podem ver a informação, senhor. Correto. Mas, claro, estamos nessa confusão, inclusive aqui. Vocês também estão aí. Tem vereadores participando do Mesa técnica, certo? Acho que o presidente aqui, a Vereadora Patrícia Vivian e o Vereador Eraldo Markito estão envolvidos nesse imbróglcio todo em relação a essa contratação. Por fim, foram levantadas hipóteses sobre isso, isso e aquilo. E, para ser bem honesto com todos vocês, nós também ficamos ali sem rumo. Podemos, portanto, dizer: vai continuar? Não vai acontecer? Então, retire do orçamento. Ou não retira, porque retira e continua. Como proceder para empenhar depois? São várias questões que vejo que o legislativo precisaria conversar com o executivo, porque isso envolve obviamente a parte financeira, a parte técnica, mas também envolve política, certo? Sabemos disso, que é entre os dois, a casa legislativa e o executivo. Na minha compreensão, até que isso aconteça, fica meio que, vamos dizer assim, meio sem rumo. Não posso garantir que, no próximo ano, se esse orçamento for aprovado também, o serviço vai continuar tranquilo, podendo empenhar e pagar. E se vier uma decisão contrária da justiça? Porque me parece que o processo está andando, a justiça também. Se vier uma decisão contrária à suspensão desse serviço por um período específico, então são essas as coisas que precisamos resolver, certo? Acho que é preciso ter um entendimento lógico, tudo dentro da legalidade. Vocês estão aqui como agentes de fiscalização, responsáveis por isso, certo? Para estar lá supervisionando, assistindo, dando pareceres, ouvindo. E de quem são as decisões? São dos gestores, certo? Como nós, técnico que dá as instruções. Também tem a confusão que já vamos ter, que possivelmente será cobrada uma taxa pela coleta de lixo, que tem que ser cobrada. A lei não faculta, exige que o município faça essa cobrança. Vocês, senhores, devem saber disso. Foi contratado e o Sebrae foi contratado pela prefeitura, a instalação da instituição Sebrae, para fazer a... trata-se de um estudo, certo? Uma pesquisa em toda a área do município para definir como será cobrada essa taxa. Porque não é um estudo simples; envolve o bairro onde você mora, o número de vezes que o caminhão passará para coletar, quantas pessoas residem naquela casa, para tentar quantificar a quantidade de resíduos produzidos. São diferentes tarifas, dependendo do centro: o valor é maior, e os bairros mais distantes têm um valor menor. Então, não é um estudo simples. Acredito que o Sebrae está fazendo isso, e o estudo deve ser entregue ainda este ano. Mas, senhores vereadores, há um problema que recairá no Departamento de Finanças, certo? Porque a empresa que presta o serviço, eu terei que pagar a ela. Independentemente de haver ou não a taxa do lixo, o município terá que gastar dinheiro para pagar essa empresa, e esse valor sairá dos recursos próprios, da fonte 1500, certo? Portanto, terá que passar pela Casa de Leis, uma lei terá que ser aprovada eventualmente, sim, esse projeto para cobrança da taxa de coleta de lixo. E aí caberá a vocês, nobres vereadores, considerar e aprovar. Isso ou não. Essa é uma prerrogativa de vocês, certo? Mas sabemos, estou falando aqui como secretário de finanças, que para cobrarmos um tributo da população existe um prazo de noventena e anterioridade que tá lá na lei. Se aprovarem hoje, por exemplo, estamos no mês de dezembro, até 2026 o município não poderá cobrar. Então, será um ano em que o município arcará com essa despesa sem ter a receita que viria dessa taxa. Se aprovar em 2026, antes de dar noventena, ou seja, em setembro, poderei cobrar em 2027. Agora, se for depois disso, só em 2028. Então, isso possivelmente criará um gargalo enorme, porque vou tirar essa receita de onde? Vou tirar da fonte própria, e terá que ser do próprio orçamento. A Vereadora Patrícia Vivian disse: Não, nem sempre. Com a palavra Vereador Luciano Olivetto pontuou: Olha, secretário, uma das perguntas que eu ia fazer para você era exatamente sobre isso. Ficamos felizes, secretário, sim senhor, em ver essa preocupação. Porque estamos falando exatamente disso. Estamos conduzindo uma

José Roberto
Luciano Olivetto

Eraldo

Patrícia Vivian

Luciano Olivetto

6



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre saúde, não porque algum vereador desta casa quis fazer a CPI da Saúde no início da gestão do prefeito, mas por uma questão pública, certo? De reclamações de uma natureza nunca antes vista na história do município em relação à questão da saúde. Estamos lidando diariamente com problemas hospitalares nos últimos meses, e notamos a falta de investimento no hospital municipal, falta de equipamentos, como o exemplo do autoclave do hospital, que quando o consórcio quebra, temos que pagar. Por fim, é muito importante que você tenha falado isso. Isso para nós, em relação à taxa do lixo, essa questão da anterioridade, porque para mim é uma grande preocupação para o município no futuro imediato. Gastar R\$450 mil, ou R\$1 mil por mês, e de repente essa empresa, que provavelmente. Eu não consigo entender como uma empresa privada funciona sem prejuízo. Se eu tivesse uma empresa que prestasse serviços para o município e visse que minha empresa estava com prejuízo, automaticamente pediria um reequilíbrio contratual, que é um direito legal, muito fácil, e você pode pedir isso rapidamente, judicialmente. Então, a conta chegaria para o município pagar, que será, para voltar ao valor normal, aproximadamente R\$1 milhão por mês. Inicialmente, senhor secretário, porque o contrato estipula que isso ocorre ao longo dos anos. E secretário, um dos pontos que levantamos na denúncia sobre esse processo licitatório é exatamente isso. O prefeito Carlos, ele fez a. Processo de licitação. A primeira coisa nesta etapa, quando você. Vai ser uma concessão de gestão de resíduos, não é? Apresentar um estudo para a população sobre a taxa do lixo, discutir com a população a situação da taxa do lixo, prever a receita orçamentária, de onde seria a fonte, aprovar na Câmara Municipal a lei da taxa do lixo e então, com a previsão orçamentária, realizar o processo de licitação e depois. Tudo dentro dos prazos legais. E essa, só para o senhor secretário, entende, é uma das irregularidades, certo? Ele, no final do exercício fiscal, no último ano de mandato, lá nos 45 minutos do segundo tempo, passou por esse processo de licitação, que é constitucionalmente. Errado, né? Mas ele vai discutir isso na justiça. Então, secretário, hum... A pergunta que eu tenho para você é: o município de Juara, sem a possibilidade, se em 2026 ele gastar esses R\$455.000,00, ele tem capacidade financeira para tirar isso da fonte, 1500 para um ano? E se a empresa recorrer no meio desse ano e disser: "Não, eu quero o meu contrato, que é um direito líquido e certo, que o acordo que eu fiz com o prefeito aqui é... Isso está me causando prejuízos e eu preciso reajustar esse valor para o valor normal, o valor real, certo?" Estamos falando de um acordo de cavalheiros, que ele reduz o valor de R\$750.000,00 mil para R\$455.000,00 por um período, mas sabemos que a empresa pode. Solicitar uma correção a qualquer momento, depois que ela resolver esse imbróglio. Sim, o município tem condições de manter esse contrato e, se houver um aumento, se voltar para aquele valor mínimo de R\$755.000,00 mil, se o município tiver que pagar esse contrato de um ano, isso vai afetar outras áreas, como a saúde, que este ano, por exemplo, foi o ano em que mais recursos próprios foram usados para despesas com saúde. Senhor, o senhor pode. Poderia esclarecer isso para nós, por favor? Com a palavra **Secretário José Roberto** disse: Sim, posso. E sem fugir da sua pergunta, Wando, pode me mostrar? Para mim, a pasta da saúde? Eu trouxe aqui um gasto coma a saúde, só para o senhor mencionado anteriormente, as despesas de saúde lá, Wando, para que você tenha uma ideia. Olha, as despesas com saúde estão relacionadas a pessoal, para custeio de investimentos, certo? Portanto, bem, o vereador Luciano comentou que não houve tanto investimento neste ano na saúde, mas você pode ver que aumentou. Olha, nosso investimento aumentou! 6,09%. A despesa com saúde projetada é de 74 milhões para 2025. Houve um aumento de 20,2% em relação a 2024. Desse total, 20,02%, equivalente a R\$7.232.000 milhões a mais investidos em saúde projetados para este ano. E quanto aos recursos próprios, R\$43.000.000 milhões de reais. Por quê? Porque, sabe, este ano quase não recebemos nada de emenda parlamentar para custeio em saúde. Então, voltando à primeira pergunta, em relação ao investimento em

Sm José
Luciano

Wando

José Roberto

6



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

saúde, ele aumentou em comparação a 2024. Quanto à questão dos resíduos sólidos, bem, mais uma vez vou responder como secretário de finanças: seria, digamos, bastante penoso, bastante difícil para nós manter um contrato na casa de R\$ 1.000.000 milhão, R\$ 700 mil e poucos mil, sem uma taxa de coleta de lixo. Por isso houve várias discussões, desculpe, entre o executivo e a empresa para reduzir esses valores nos primeiros anos de trabalho, para que pudéssemos avançar com esse processo. Eu também vejo de outra forma: a taxa deveria ter sido fixada previamente, certo? Eu também vejo assim. Eu, José Roberto, agora cidadão, inclusive, aponte isso para a pessoa que estava conduzindo o processo, que deveria ser feito dessa forma, mas há certas coisas que estão além do nosso controle. Cada um tem a sua responsabilidade. Isso não é seu trabalho, e não é meu trabalho, certo? Mas quando perguntado, eu respondo, não me escondo, certo? Eu vejo que, sim, sem a tarifa será muito complicado. Vamos ter que fazer um trabalho no próximo ano, principalmente buscando emendas parlamentares para financiar isso. Eu só passei por aqui para aliviar esse investimento em recursos próprios, para que possa suprir essa despesa. Vereador, é isso que você é. Entende meu raciocínio? Então, precisamos buscar recursos para trazer para a saúde, que é um dos nossos maiores gargalos. As maiores despesas são saúde e educação. Para que você tenha uma ideia e noção, saúde e educação consomem quase 70% do orçamento municipal. Isso não é pouco, certo? Não que não deva ser assim, claro, a preocupação da família, o primeiro lugar: saúde e educação caminham juntos. Sabemos que são duas pastas bastante delicadas e, sem esses recursos provenientes de emendas, temos várias promessas, certo? Você deve ter ouvido, quando vai lá em Cuiabá, que é onde vou depositar isso para Juara, vou contribuir com isso, aquilo. Só que isso precisa ser colocado em prática. Se não acontecer, 2026 será um ano tão difícil quanto 2024 tem sido. Estou falando de equilíbrio fiscal e financeiro. Com a palavra **Ver. Eraldo Markito** disse: Secretário, estou perguntando novamente. Se você estava falando sobre a mesa técnica. Quero deixar isso perfeitamente claro para meus colegas vereadores. Naquela mesa técnica, mais uma vez que fomos, já a terceira reunião levantou mais preocupação para nós, vereador. Um exemplo: um contrato que todos os vereadores conhecem, o secretário sabe que é um contrato no valor de R\$420.000.000, milhões, R\$432.000.000 milhões. Com a palavra **Secretário Jose Roberto** esclareceu: Hoje está em R\$432,000 mil por mês. Com a palavra **Vereador Eraldo Markito** disse: É um exemplo, um contrato que já. Você sabe que são R\$432.000.000 milhões, certo? Na terceira reunião técnica, a empresa já vai subir para R\$608.000.000 milhões. Na verdade, ele até pediu à corte aquela planilha, presidente, certo? Ainda não nos enviaram. Ele nos garantiu que enviaria para mostrar aos nossos colegas vereadores, que queríamos até mostrar em um telão para que os colegas pudessem vereador visse e a população ficariam sabendo. Gostaria, Wando, colocasse um ofício do Fábio Garcia ali. Esse é um pedido meu, do Luciano, da Patrícia e do Zé Galvão. Conseguimos um recurso de R\$800.000 mil entre Fábio Garcia e Nininho para comprar um caminhão. O lixo que já estava indo para a SEMA já estava indo para lá. Já deve ter registro desses caminhões de lixo que já... esse caminhão de lixo deveria estar aqui no município de Juara, mas, como o prefeito disse naquela mesa técnica, ele pode... Ela quer continuar com a empresa, não é? Subiu mais de R\$100.000.000 milhões, e então nós... Patrícia, Zé Galvão e eu pressionamos para atender o pedido do hospital municipal, que é comprar um arco cirúrgico, certo, e um raio-x, porque se trouxermos esse caminhão aqui para o município de Juara, a empresa vai trabalhar com ele, certo, Zé? Isso é uma perda para... Pessoal, ficou acordado entre a vereadora Patrícia, Zé Galvão, para trocar esse arco cirúrgico e o raio-x que será enviado para o município de Juara. Com a palavra o **Secretário José Roberto** pontuou: Vereador, não, desculpe interromper já interrompendo. Quando falamos desse contrato de concessão, pelo que sei e pelo que acompanhei, pelo que vejo, ele não trata apenas da coleta de lixo e da disposição final do lixo naquela unidade sanitária. Existem vários serviços incluídos,

Dr. Eraldo

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

que é a questão da reciclagem do lixo, a questão das nossas responsabilidades ambientais que temos naquele aterro, que já é objeto de muitas, muitas gestões sendo notificadas pelo Ministério Público para resolver aquele problema do aterro, problema ambiental, problema das pessoas dentro. Passa por ponto a ponto de reciclagem que precisa ser criado dentro do município. Também passa pelo lixo gerado por oficinas, por lava-jatos, lixo de empresas de engenharia civil, certo? Como sabemos, quando você vai construir algo, isso quebra e deixa uma bagunça: esse lixo, concreto, ferro, aço. Então, é um estudo, bastante. Detalhado, que cobre tudo o que envolve o lixo sólido urbano, não apenas a coleta. Eu vejo que é por isso que o valor acabou ficando mais alto, certo? Do que já gastamos no município ou costumávamos gastar quando era feito pelas autoridades públicas, que era a coleta, o transbordo e a disposição final, que é feita lá no aterro sanitário. O estudo é lindo, tudo é maravilhoso. Claro, eu não tenho nada a dizer sobre isso. Particularmente, é uma coisa de primeira classe no mundo, mas o que precisamos ter, e mais uma vez falo aqui como secretário de Finanças, é que temos que manter os pés no chão, porque a cobrança vai chegar, vai chegar na minha mesa, vai chegar na minha escrivaninha e, quando chegar, eu tenho que resolver isso, certo? Então, as pessoas precisam ser realistas, dar um passo de cada vez para que não comprometa o equilíbrio fiscal do município. Essa é a minha opinião.

Com a palavra a Vera. Patrícia Vivian manifestou: Só quero finalizar aqui minha palavra. Já disse que ia terminar mais uma vez, José Roberto. Quero agradecer a você por vir aqui mais uma vez. Você sempre nos mostrou com muita sinceridade essa versão do lixo sólido. E eu realmente gostaria, mesmo sabendo que você participa lá quando eles...? Eles tomam algumas decisões naquela mesa. A decisão técnica, como estou dizendo, é do prefeito e do vice-prefeito. Eu gostaria muito que você estivesse lá, porque lá a história das fadas que o prefeito e o vice-prefeito contam é muito bonita. Sem dúvida, a empresa, o povo não tem nada a dizer contra ela. Sem dúvida, o serviço de coleta em Juara está indo perfeitamente. Só uma das coisas que você disse, isso já contradiz a declaração do prefeito e do vice-prefeito. O Sebrae não vai entregar o estudo deste ano. Essas são as palavras do Nei e do Léo. O Sebrae entrega esse estudo com base em março ou abril de 2026, a menos que tenha mudado de quinta-feira para hoje, certo? Então, março de 2026. Ai a gente só olha todo o tempo que vamos perder. Sabemos que hoje a taxa de coleta de lixo é obrigatória, então não há taxa para isso. Não conseguimos cobrar pelo lixo. Qual é o valor a pagar por essa coleta, certo? E o que mais nos assustou, o que temos batido mais forte em cima, é porque antes daquela primeira abertura de crédito aqui na Câmara, depois que ela chegou, chamamos ele aqui. Senhor, eu já disse com toda certeza que o município, naquela época, não tinha condições de pagar por isso porque não tinha recurso, certo? E hoje o prefeito e o vice-prefeito afirmam com todas as letras que querem continuar com esse contrato. Então, nossa proposta para o prefeito Nei, para o prefeito e para o vice-prefeito Léo, é que cancelem esse pedido e que seja realizado um novo processo licitatório de forma que caiba mais coisas concretas. E graças a Deus o senhor foi convidado aqui e vem em breve para esclarecer mais sobre o assunto, uma vez que as palavras dos vereadores lá tem lutado. Bem, se você tiver oportunidade, vá para aquela mesa técnica. Se não for o convite do prefeito, do vice-prefeito, vá pelo convite desses vereadores, senhor, você vê o que eles estão dizendo. Lá, eles, o prefeito e o vice-prefeito, é algo que não, eu também não acho isso dentro. Foi feito um estudo em Cuiabá que eles querem colocar dentro da cidade de Juara. Se firmarmos esse contrato de lixo já com você aqui conversando conosco, a Secretaria de Finanças sabe tudo que Juara está passando. Em um ano, Juara terá que decretar calamidade pública em relação ao lixo, não é isso, vereador? Estivemos lá, e a história é tão assustadora que arreia o cabelo da cabeça, pelo jeito, pelas pinturas que fazem lá, são surreais. Então, eu agradeço por estar aqui, obrigado. Em todo caso, sua sinceridade toda vez que o senhor subiu ao Plenário, porque em nenhum momento o senhor deixou de dizer a verdade, que Juara

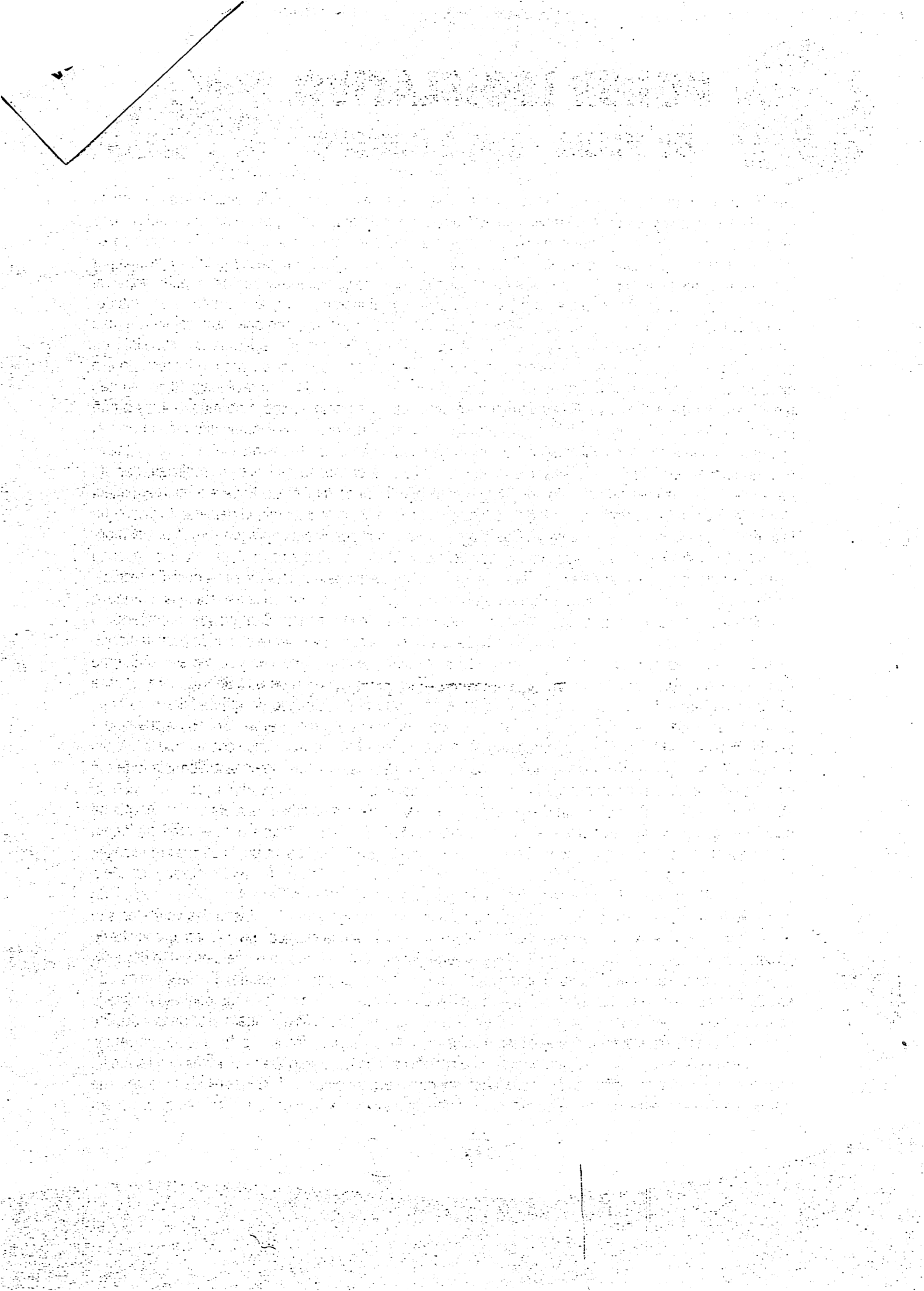
San
foré
Juara

Dr. Valle

Dr. Valle

Dr. Valle

6





PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

não tem condições de manter esse contrato. Muito obrigado. Com a palavra o **Vereador Eraldo Markito** manifestou: Secretário, gostaria de fazer uma última pergunta para o senhor, se puder responder para nós, vereadores, e para a população, porque passamos por um ano tão difícil para a saúde. As pessoas sabem como as coisas estão indo. Houve até um dispositivo, autoclave, que está lá desde julho, a empresa não está recebendo pagamento e tudo mais, e está com um mês de atraso, se não me engano. O ex-prefeito Carlos Sirena falou sobre, se não me engano, foi no Tucunaré, que ele deixou 16 milhões em dinheiro no final do mandato, pertencentes ao município. Senhor, o senhor pode explicar para a população, para que entendam se esse dinheiro ficou em caixa ou se ele já tinha outros compromissos? Com a palavra o **Secretário José Roberto** esclareceu: Eu posso explicar assim tão diretamente, principalmente porque eu também fui secretário de finanças naquela época. Não há motivo para eu fugir da resposta. Quando as pessoas falam em manter dinheiro no caixa, é importante que entendam que o orçamento público tem muitas nuances. E uma delas é que o dinheiro para a saúde tem que ser gasto na saúde; o dinheiro para a educação tem que ser gasto na educação. Estamos falando de recursos de fundo a fundo, que a população tem o Fundo Municipal de Saúde, o Fundo Municipal de Educação, o Fundo Municipal de Assistência Social, e o Fundo Municipal do FETHAB, que também nos penalizou muito. Este ano, perdemos muito com a receita do FETHAB, cerca de 3 milhões de reais em receita perdida. Então, quando se fala em volume de recursos deixados, realmente o volume existe, é verdade. Mas esses recursos livres, quando falo em recursos livres, são da fonte 1500, que é o imposto do cidadão aqui, que a prefeitura cobra de IPTU, licença, ISS, transferência do ICMS que vem do estado, do Fundo de Participação dos Municípios, do FPM, que podemos usar para ajudar em qualquer situação, folha de pagamento, enfim, pode ser usado onde quiser. Esse recurso não chega a R\$16.000.000 milhões. Os R\$16.000.000 milhões, como disse o ex-prefeito Carlos, contemplam todas essas outras receitas, correto? Se você olhar hoje a conta da educação, por exemplo, somando todos os fundos, há hoje cerca de R\$4.000.000 milhões ou mais na conta do FUNDEB, que é da Secretaria de Educação. Sempre tem R\$2.500.000 milhões, R\$3.000.00 milhões, mas isso é para gastar na educação, para gastar na saúde. Então, você encontra uma administração municipal, muitas vezes engessada, que às vezes você tem recursos de uma fonte, vereador Alex, de Paranorte, e aí você chega e ele me diz: "Não, mas o município, eu vejo no balanço que tem 16 milhões de saldo positivo. Por que não vai instalar um cano, consertar uma ponte para mim lá no assentamento onde precisa de algo?" Porque às vezes eu não posso alocar esse recurso para isso, ele está lá para ser usado em outras despesas, e se eu desviar, corro o risco de impropriedade administrativa e rejeição de contas, correto? Para ficar claro, eu tenho que usar o FETHAB. Hoje, o FETHAB recebemos R\$ 284.000,00, antes valia cerca de R\$ 450.000,00 por mês, então é complicado. Respondendo à sua pergunta, vereador Markito, é isso, ok? Com a palavra o **Vereador Luciano Olivetto** disse: Para encerrar, prometo. Secretário, obrigado, antes de tudo, acredito que o senhor foi muito didático. Eu sei que o senhor não precisava responder, ninguém esperava, mas fico feliz que o senhor esteja vindo e sendo transparente. Acho que é isso que a gestão pública precisa ser: precisa ser precisa. E eu estou muito satisfeito com o esclarecimento do senhor. Ah, só mais uma coisa, esse é o ponto que ainda tenho que fazer. Estamos falando da gestão do Carlos, certo? Então, se o prefeito disse que havia 16 milhões, estava em várias fontes de. O Prefeitura municipal então alocou os fundos, certo? Está claro que os recursos públicos têm que ser decididos onde poderão ser gastos, mas isso é problema de outra pessoa. O prefeito que acabou de assumir, mas se ele disse que deixou o dinheiro, na verdade o dinheiro ficou. E isso é importante. Vamos deixar isso claro, certo? O prefeito Carlos, em determinado momento, ficou bastante preocupado com um plano diretor que foi entregue aqui à Câmara de Juara. Isso é um fato. Ele mesmo reconheceu que aquele documento, que foi entregue

Secretário José Roberto

Luciano Olivetto

Eraldo

[Assinatura]

[Assinatura]

8



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

pela empresa PLURALD, do ponto de vista dele também, não atendeu bem às expectativas. E, na época, foi feito um acordo de cavaleiros em que essa mesma empresa PLURALD forneceria um projeto para a construção de uma escola técnica em Juara. Isso foi feito. Eu sei disso porque o Carlos nos contou na época, pois esse plano diretor ficou meses aqui na Câmara. O vice-prefeito sabe disso, que esse projeto da Escola Militar foi doado pela PLURALD para Prefeitura Municipal de Juara. Este ano, o prefeito, o ex-prefeito Carlos, enviou uma carta oficial eu tenho uma cópia do gabinete do prefeito Nei, deste gabinete aqui onde o prefeito Carlos diz ao prefeito Nei: Não é para pagar nenhum valor à empresa, a empresa PLURALD, deste projeto, já que este projeto foi doado durante a minha administração. Portanto, o município não pode pagar. O prefeito tentou fazer esse pagamento do projeto usando uma dotação orçamentária da secretária Fernanda. Convidamos a Fernanda aqui. Fernanda disse: Olha, essa dotação foi realmente aberta no orçamento da minha secretaria. Contudo, você não pode fazer isso usando os meus recursos. Então, pedi que, se fosse o caso, essa dotação fosse cancelada. Essa foi a orientação seguida pelo ofício do prefeito Carlos ao prefeito Nei. Mesmo assim, o prefeito Nei fez um acordo, e ele vai dizer isso. É um acordo judicial, mas não é o resultado de um processo legal onde o juiz ordena que o prefeito pague. É um acordo em que a empresa convocou a prefeitura ao fórum, e o prefeito foi ao fórum e fez um acordo. Mesmo com a orientação do prefeito Carlos para não pagar, o prefeito Nei fez um acordo com essa empresa no fórum de Juara. Acredito que, nos últimos 30 dias, eu já tenho aqui no computador até a pequena foto do prefeito participando da audiência, onde o prefeito Nei diz: Olha, eu vou pagar esse projeto em 10 vezes, aproximadamente R\$ R\$70.000,00 por mês. Isso chegou ao seu conhecimento? Já foi solicitada uma dotação orçamentária no setor de finanças e contabilidade para o pagamento disso, ou ainda não? Você tem conhecimento disso? E obrigado por estar aqui, secretário. Com a palavra o **Secretário José Roberto** disse: Não, ainda não foi repassado para o departamento de contabilidade, nem para esta secretaria, não chegou nenhum pedido de compromisso, desse valor, de algum acordo que tenha surgido entre essa empresa e o Executivo, certo? Eu não posso falar nem A nem B, porque não tenho conhecimento, ainda não chegou para nós. Com a palavra a **Vereadora Patrícia Vivian** disse: Vou terminar agora com apenas uma pergunta ao senhor. Pergunto ao senhor se tem a resposta. Senhor secretário Zé Roberto, o senhor pode mostrar agora para o povo de Juara a diferença entre a folha de pagamento de 2024 dos cargos comissionados, embora tenha sido feita a correção do RGA (Reajuste Geral Anual) na folha de pagamento de 2025? Senhor, o senhor pode dar uma estimativa da diferença em valores? Com a palavra o **Secretário José Roberto** manifestou: Bem, senhora presidente, eu posso fazer isso de forma geral. Com a palavra a **Vereadora Patrícia Vivian**: Por favor, fale Secretário Zé Roberto. Com a palavra **Secretário José Roberto** disse: Eu tenho aqui, pode pegar. A evolução histórica está mostrada aqui. Ah, não estamos na página certa, Wando, por favor. Aqui tem uma despesa geral na folha de pagamento. Esta é a folha dos servidores. Aqui vocês podem acompanhar a nossa evolução histórica de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, que é a data projetada até dezembro. Com a palavra a **Vereadora Patrícia Vivian** pontuou: Então, 2024 e 2025 são os mais importantes para nós. Com a palavra o **Secretário José Roberto** esclareceu: 2024 fechou em aproximadamente R\$ 78.700.000 milhões. Para 2025, temos uma projeção de R\$81.150.000, mais ou menos. Então, vai ficar em torno disso, R\$2.500.000 Milhões de diferença. É de um ano para o outro. Com a palavra a **Vereadora Patrícia Vivian** disse: Então, só para que a população de Juara entenda, hoje temos uma diferença de quase R\$2.000.000 milhões de reais na folha de pagamento. Isso porque temos funcionários contratados dia a dia em lugares talvez desnecessários. Muito obrigado, Zé Roberto. Com a palavra o Ver. **Eraldo Markito** manifestou: A última pergunta secretário, então bem lembrado pelo ex-vereador Wellington aqui, para encerrar. Sim, fizemos o pedido, eu acho, que nem foi respondido pela

Smj forte
Aguino

Wando

A

J

90



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

gestão. Ainda não sei do que o prefeito está fazendo, se ele solicitou o reembolso daquele dinheiro que foi pago, R\$1.200.000 milhão, por um projeto que foi copiado da internet, enviado para esta casa e arquivado por todas as comissões. É muito ruim. E mesmo assim, o ex-prefeito Carlos Sirena pagou, se não me engano, R\$1.200.000 Milhão Já exigimos que o prefeito Nei entre com uma ação contra essa empresa para que devolva o dinheiro ao município de Juara, para desenvolver o novo plano diretor com qualidade para o nosso município. Senhor, o senhor tem conhecimento disso? Com a palavra o **Secretario José Roberto respondeu:** Não tenho conhecimento, vereador. Não sei te falar. Com a palavra a **Vereadora Patrícia Vivian** disse: Muito obrigado Zé Roberto. Sempre seja bem-vindo a esta Casa de Leis. Saiba que respeitamos muito o seu trabalho. E muito obrigado por todas as vezes que o chamamos para perguntar se a empresa recebeu algum pagamento, senhor. O senhor está sempre pronto para ajudar esses vereadores, às vezes incomodando na hora do almoço. Mas muito obrigado pelo seu discernimento e clareza com esta Casa de Leis e com esses vereadores aqui. Com a palavra o **Secretario José Roberto** respondeu: Obrigado. Bem, só posso aproveitar essa oportunidade para falar um pouco de tudo que foi discutido aqui. Povo, agora no começo do ano, no final do ano, já fizemos um decreto de contenção de gastos, já preocupados com o fechamento do exercício fiscal, preocupados com o aumento, com a alta nos gastos que estamos enfrentando, e em relação aos serviços. Vereador Eraldo Markito e vereador Luciano Olivetto, em relação ao serviço de transporte escolar, como prestadores de serviços terceirizados, certo? Também temos uma preocupação quanto aos valores pagos, como está sendo feito o pagamento pela empresa, pois vem surgindo repetidamente cobranças por não recebimento. Mas, independentemente disso, hoje temos no município, outros vereadores, 237 contratos. Não é pouca coisa, não. É bastante. E essa Secretaria de Finanças, junto com o prefeito Nei, já estão conversando sobre isso. O pedido aqui foi: que medidas devemos tomar? Eu poderia estar tomando, certo, a partir de um planejamento de despesas. Então, a ideia é chamar fornecedor por fornecedor, prestador de serviço por prestador de serviço, e tentar renegociar esses contratos, certo? E se isso continuar em 2026, baseado em como este ano tem sido, principalmente na relação dos serviços terceirizados, poderíamos possivelmente tomar uma decisão que vá ainda mais longe, digamos. Qual seria a opção mais drástica? A rescisão de alguns contratos, certo? Porque o que precisamos é ter austeridade, saber onde se gasta, como se gasta e com o que se está gastando, e especialmente se esse gasto está tendo o resultado esperado. A população está lá fora na beira do abismo. Então, gostaria de deixar essa ressalva aqui. Obrigado pela oportunidade, certo? Agradeço a todos que estão aqui no plenário, a quem estamos assistindo nas redes sociais, e desejo um bom dia a todos, e um ótimo final de ano. Com a palavra a **Vera. Patrícia Vivian** disse: Quero deixar isso aberto, vereador Alex, vereador Zé Carlos, vereador João, vereador Eduardo do Boxe, vereador Ganso. Vocês têm alguma pergunta? Alguma dúvida? Está tudo satisfatório. Então, declaro encerrada. Muito obrigado, secretário. Encerrado a interpelações. A Presidente solicitou ao Segundo Secretário Ver. João Rissotti, a conferência das assinaturas no Livro de Presença e este constatou o Quórum. Ato contínuo, passou-se a fase da **Ordem do Dia:** Sob a Primeira Secretaria do Ver. Eduardo do Boxe, foram lidas as matérias em pauta na ordem do dia: Foi apreciado a **Solicitação de Urgência do Poder Executivo Municipal ao Projeto de Lei Municipal nº 080/2025**, de autoria da Prefeitura Municipal de Juara que, Autoriza o Poder Executivo a realizar no orçamento vigente, abertura de Crédito Suplementar e dá outras providências. (O projeto visa autorizar a Prefeitura a suplementar R\$ 742.500,00 na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na área de Turismo, para garantir a realização dos eventos municipais de 2025. O recurso não cria nova despesa: é dinheiro já existente, proveniente de emenda parlamentar do Dep. José Medeiros, entrando como excesso de arrecadação, conforme a Lei 4.320/64.) Em discussão. Discutiram os Vereadores: Alex

José Roberto
Nei

Eraldo

[Assinatura]

[Assinatura]

6



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

e Patrícia Vivian. Não havendo mais quem quisesse discutir. Em votação. Aprovado por unanimidade. Foi apreciado em segunda discussão o **Projeto de Lei Municipal nº 072/2025** - de autoria da Prefeitura Municipal de Juara que, Dispõe sobre a desafetação e autorização de venda por leilão de diversas áreas de Domínio Público Municipal e dá outras providências. ((Com Pareceres Favoráveis das Comissões Permanentes desta Casa)). (O projeto visa, desafetar áreas de domínio público municipal (parte do Residencial Buritis e Residencial Arinos), transformando-as em bens dominiais, criar o Loteamento Buritis II e autorizar a venda por meio de leilão. Com a emenda supressiva aprovada em sessão anterior, o Projeto passa a autorizar apenas a desafetação das áreas e a criação do Residencial Buritis II, vez que foi suprimida a autorização de venda por leilão). Em discussão. Discutiu o Ver. Zé Galvão. Não havendo mais quem quisesse discutir. Em votação. Aprovado por unanimidade. Foi apreciado em segunda discussão o **Projeto de Lei Municipal nº 073/2025** - de autoria da Prefeitura Municipal de Juara que, Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à permuta de área de propriedade do Município, na forma que especifica e dá outras providências. ((Com Pareceres Favoráveis das Comissões Permanentes desta Casa)). (Trata-se de área de 906,28m² a ser recebida pelo Município destina-se à continuidade da Avenida Walter Lauro, viabilizando da obra de pavimentação asfáltica no local. O imóvel de propriedade do município a ser permutado está localizado no Residencial Buritis II). Em discussão. Discutiram os Vereadores. Zé Galvão e Patrícia Vivian. Não havendo mais quem quisesse discutir. Em votação: Ver. Eraldo Markito (Favorável). Ver. Luciano Olivetto (Contrário). Ver. Ganso Costa (Favorável). Ver. Eduardo do Boxe (Favorável). Ver. João Rissotti (Favorável). Ver. Zé Galvão (Favorável). Ver. Zé Carlos Mototáxi (Favorável). Ver. Alex (Favorável). Vera. Patrícia Vivian, (Contrário). Aprovado por sete votos favoráveis. Foi apreciado em segunda discussão o **Projeto de Lei Municipal nº 078/2025** - de autoria da Prefeitura Municipal que, Dispõe sobre a criação do prolongamento de vias Públicas, localizados no Centro da Cidade, e dá outras providências. ((Com Pareceres Favoráveis das Comissões Permanentes desta Casa)). (O projeto tem por objetivo a criação do prolongamento de quatro vias públicas na área central do Município de Juara: Rua Araçuaí, Rua Barbacena, Rua Joaçaba e Rua Concórdia – As vias já existem e estão sendo incorporadas ao mapa oficial do município). Em discussão. Discutiu o Ver. Zé Galvão. Não havendo mais quem quisesse discutir. Em votação. Aprovado por unanimidade. Foi apreciado em única discussão o **Requerimento nº 032/2025**, de autoria dos Vereadores: Luciano Olivetto, Patrícia Vivian, Eraldo Markito e Zé Galvão que, Requer ao Excelentíssimo senhor Valdinei Holanda Moraes – Prefeito do Município, que sejam prestadas informações detalhadas sobre a estrutura, funcionamento e condições dos consultórios odontológicos da Rede de Atenção Básica do Município de Juara-MT. Em discussão. Discutiram os Vereadores: Luciano Olivetto e Patrícia Vivian. Não havendo mais quem quisesse discutir. Em votação. Aprovado por unanimidade. Foi apreciado em única discussão o **Requerimento nº 033/2025** - de autoria dos Vereadores: Luciano Olivetto, Patrícia Vivian, Eraldo Markito e Zé Galvão que, Requer ao Excelentíssimo senhor Valdinei Holanda Moraes – Prefeito do Município, que sejam prestadas informações formais, completas e documentadas sobre as irregularidades identificadas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso – CRM-MT, conforme Relatório de Vistoria nº 520/2025, realizado no Hospital Municipal Elídia Maschietto Santillo em 28 de agosto de 2025, anexado a esse. . Discutiram os Vereadores: Luciano Olivetto, Zé Galvão e Patrícia Vivian. Não havendo mais quem quisesse discutir. Em votação. Aprovado por unanimidade. Foi apreciado em única discussão a **Moção de Aplausos nº 019/2025**, de autoria da Vera. Patrícia Vivian, aos alunos da Escola Estadual Militar Tiradentes Israel Wesley Prado de Almeida que se destacaram de forma excepcional nas Olimpíadas de Matemática das Escolas Militares, levando o nome de nossa cidade a patamar de excelência acadêmica. Em discussão. Discutiram os Vereadores: Patrícia Vivian,



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

Eduardo do Boxe e Zé Galvão. Não havendo mais quem quisesse discutir. Em votação. Aprovado por unanimidade. Os homenageados foram convidados para receber a Moção. Foi apreciado em única discussão a **Moção de Aplausos nº 001/2025**, de autoria do Ver. João Rissotti, aos alunos e professores da Escola Estadual Plena Daury Riva pela participação destacada no torneio FIRST LEGO League Challenge (FLLC), realizado entre os dias 13 e 15 de novembro de 2025, no SESI Escola, em Cuiabá-MT. Em discussão. Discutiram os Vereadores: João Rissotti e Eduardo do Boxe. Não havendo mais quem quisesse discutir. Em votação. Aprovado por unanimidade. Os homenageados foram convidados para receber a Moção. Não havendo mais matérias na ordem do dia, passou-se as considerações finais. Os vereadores: Zé Galvão, Luciano Olivetto, Ganso Costa, Eraldo Markito, João Rissotti, Alex e Zé Carlos Mototaxi, dispensaram o uso da palavra. Em seguida o Ver. Eduardo do Boxe iniciou sua fala cumprimentando os colegas vereadores e o público presente, e fez alguns pedidos à Casa. Solicitou um ofício sobre a ponte localizada no final da Avenida Walter Lauro, enfatizando a urgência da obra, pois a demora pode afetar os moradores da região. Também fez um pedido de moção de aplauso à secretária de Assistência Social, Cristina, destacando seu excelente trabalho à frente da pasta, especialmente em parceria com o setor público e privado. Agradeceu à secretária pela continuidade dos programas sociais durante as férias, algo importante para muitas famílias. O vereador também sugeriu que a Secretaria de Esportes garantisse que os professores da área não parassem suas atividades durante o período de férias, para atender à demanda das crianças, especialmente durante as férias escolares. Em seguida, o vereador fez vários pedidos de moção de aplauso, destacando o apoio da cooperativa Cressol, que participa ativamente de eventos esportivos e sociais, e os organizadores do evento "Inter Professores", como o professor Cláudio e o professor Jailton, além do professor Clébinho Sales pelo excelente trabalho na natação. Também pediu uma moção de aplausos ao pessoal do fisiculturismo. Finalizou sua fala com agradecimentos, desejando a todos um ótimo mês de dezembro e destacando a importância de continuar incentivando a prática de esportes na cidade. Em seguida a Vera. Patrícia Vivian iniciou sua fala solicitando o envio de um ofício à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Saúde, após receber uma denúncia de que um médico está desde outubro sem receber pelos seus serviços, apesar de trabalhar frequentemente e até dobrar escalas devido à alta demanda. A vereadora pediu que o ofício estabeleça um prazo máximo para a resposta, ressaltando que é inadmissível a situação. Em seguida, falou sobre a participação, juntamente com o vereador Markito e a Servidora Jéssica, na terceira mesa técnica do Tribunal de Contas. A vereadora comentou sobre um comentário do vice-prefeito, que teria feito críticas a ela, alegando que teria falado mal do ex-prefeito Carlos Sirena na mesa. Ela afirmou que o vídeo enviado ao tribunal só os ajudou e ressaltou que sua intenção nunca foi falar mal de ninguém, defendendo sua idoneidade e tranquilidade. A vereadora também mencionou declarações do prefeito Nei, na mesma mesa técnica, onde ele expressou interesse em manter um contrato que anteriormente o secretário de Finanças havia afirmado que a prefeitura não tinha condições de pagar. Além disso, fez um pedido de acompanhamento à Secretaria de Educação sobre a cerca elétrica da creche Madre Paulina, que foi solicitada para reparo em março, mas que até o momento não foi consertada. A vereadora exigiu que fosse enviado mais um ofício para resolver a situação e informou que, na tarde de hoje, postará um vídeo mostrando o estado da cerca elétrica. Ela também anunciou que estará vistoriando outras creches a partir do dia seguinte devido a denúncias que recebeu. Em seguida a Presidente Patrícia Vivian agradeceu a presença de todos os vereadores, convidados e demais presentes, bem como àqueles que acompanharam a sessão pelas redes sociais. Não havendo mais nada a tratar, a presidente convocou os Senhores Vereadores e convidou a População em geral para as Audiências Públicas das Peças Orçamentárias (PPA 2026/2029 e LOA-2026), a serem realizadas na



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

data de (01/12), com início às 18 horas. Declaro encerrada esta Sessão as dez horas e quarenta e oito. Eu, Eduardo Zimmerman Costa, Primeiro Secretário, mandei digitar a presente ata, que segue por mim assinada e pelos demais Edis.

Juara-MT, 01 de dezembro de 2025

Patricia Alves Vivian da Guia

Israel Costa

Eduardo Zimmerman da Costa

João Batista Rissotti

Alexandro de Oliveira

Eraldo Francisco Alves

José Carlos Rodrigues Cardozo

José Mercedes Galvão Filho

Luciano Aparecido de Oliveira

Áudio da Sessão na íntegra disponibilizado no endereço: <https://www.juara.mt.leg.br/institucional/audios> e arquivado nos Anais da Câmara Municipal de Juara.